

Artigo

**REFLEXÃO TEÓRICA ACERCA DA LOUCURA AO LONGO DA HISTÓRIA
E A ASSISTÊNCIA DE ENFERMAGEM**

**THEORETICAL REFLECTIONS ON MADNESS THROUGHOUT HISTORY
AND NURSING CARE**

Jorge Luiz da Silva Cunha¹

RESUMO - As perturbações mentais estão presentes na humanidade desde os tempos mais remotos e acometem um número significativo de pessoas em todo o mundo sendo considerado, em alguns contextos, como um problema de saúde pública que traz consequências devastadoras na sociedade de um modo em geral bem como no meio familiar de forma específica. Nesse sentido, o presente artigo objetiva fazer uma reflexão teórica acerca da concepção de loucura ao longo da história bem como o tipo de assistência de enfermagem ofertado aos portadores de transtorno mental no contexto brasileiro. A metodologia utilizada foi uma reflexão teórica, através de consulta feita em livros e artigos de periódico sobre concepção de loucura e a assistência de enfermagem. Os resultados mostram que a concepção de loucura ou doença mental passou por mudanças significativas sempre em consonância com o contexto político e econômico. Da mesma forma, verifica-se que a assistência de enfermagem ao paciente com transtorno mental evoluiu, mesmo estando estagnado por várias décadas. Apenas a partir das décadas de 80 e 90, esse cenário se modificou passando o enfermeiro a especializar-se e consequentemente desenvolver propostas terapêuticas visando proporcionar uma assistência de qualidade. Pode-se concluir que a enfermagem está em plena expansão no cenário da saúde mental. Contudo enfrenta barreiras históricas (política e econômica) que, de certa forma, tem impedido um avanço mais rápido na efetivação de ações que viabilizem a produção de novas tecnologias de cuidado e consequentemente uma vida com qualidade dos portadores de transtornos mentais.

Palavras-Chave: Enfermagem, Saúde Mental, Assistência.

¹ Licenciado e Bacharel em Psicologia – UFPB. Professor Especialista em Planejamento e Gestão em Saúde – ISC-UFBA. Mestre em Biblioteconomia – UFPB



Artigo

ABSTRACT - Mental disorders are present in the humanity since the earliest times and affect a significant number of people around the world, being considered in some contexts as a public health problem that has devastating consequences in society in a general way as well as in the environment family relationship in a specific way. In this sense, the present article aims to make a theoretical reflection about the conception of madness throughout history as well as the type of nursing care offered to those with mental disorders in the Brazilian context. The methodology used was a theoretical reflection about conception of madness throughout history and nursing care. The results show that the conception of madness or mental illness has undergone significant changes always in consonance with the political and economic context. In the same way, it is verified that the nursing care to the patient with mental disorder has evolved, even though it has been stagnating for several decades. From the 90's onwards, this scenario changes and nurses begin to specialize and consequently develop therapeutic proposals aimed at providing a quality care. It can be concluded that nursing is in full expansion in the mental health scenario. However, it faces historical (political and economic) barriers that, to a certain extent, has prevented a faster advance in the implementation of actions that make possible a life with quality of the people with mental disorders.

Keywords: Nursing. Mental health. Care.

INTRODUÇÃO

As perturbações mentais estão presentes na humanidade destes os tempos mais remotos e acometem um número significativo de pessoas em todo o mundo, sendo considerado em alguns contextos como um problema de saúde pública que traz consequências devastadoras na sociedade de um modo em geral bem como no meio familiar de forma específica.

Historicamente a loucura sempre foi envolvida por uma áurea de mistério e estranheza produzindo estigma, preconceito isolamento e exclusão social. Nesse sentido, o presente artigo objetiva fazer uma reflexão teórica acerca da concepção de loucura ao longo da história bem como o tipo de assistência de enfermagem ofertado



Artigo

aos portadores de transtorno mental no contexto brasileiro. A metodologia utilizada foi a reflexão teórica baseada na consulta de artigos de periódicos e livros.

Segundo Stone (1999), o conceito de normal e anormal, a compreensão e a forma de lidar com a loucura modificaram-se conforme o contexto histórico. Assim, até a inclusão das “insanidades” no campo da medicina (cerca de 2.500 anos na Grécia) o que se tinha eram referências à loucura como comportamentos estranhos, personalidades incomuns ou desagradáveis e mesmo “possessões demoníacas”.

Para Fernandes e Moura (2009), a concepção da loucura é fruto de uma construção histórica, visto que, anterior ao século XIX não existia o conceito de doença mental e nem uma separação entre a razão e a loucura.

A representação da loucura/doença mental modificou-se ao longo da história estando vinculada ao contexto sócio cultural, aos valores morais e as crenças das mais variadas sociedades. As primeiras representações foram mágico-religiosa, ou seja, as pessoas que apresentava distúrbios e em especial quando a conduta era agressiva e/ou insensata atribuíam-se a forças externas, maus espíritos, almas perdidas, deuses, magos, demônios. Na Grécia antiga loucura era concebida como uma manifestação dos deuses e as palavras pronunciadas pelos chamados loucos eram valorizadas socialmente podendo ter influência no destino das pessoas (ROCHA, 2008).

De acordo com o autor acima referido, foi Hipócrates, no século V a. C., que rejeitou essas explicações desenvolvendo uma classificação que incluía a mania, a melancolia, a histeria e a psicose pós-parto, dentre outras. Por outro lado, Empédocles tratou das emoções, considerando que o amor e o ódio tinham importância fundamental na determinação do comportamento humano, enquanto que Galeno, no século II d. C., com o estudo da anatomia e da fisiologia do sistema nervoso considerou que este era a sede da alma, criando assim, a teoria da alma racional que se dividia em uma parte externa (os cinco sentidos) e outra interna (a imaginação, a percepção, a capacidade de julgamento).

No período Medieval (ou idade das trevas), o poder e o saber pertenciam a Igreja, por ser a intermediária entre Deus e os homens. O conhecimento produzido era depositado nos mosteiros e o louco era visto como uma associação demoníaca, um ser perverso e maligno, vivendo numa situação limítrofe onde era forçado a confessar suas práticas de bruxaria que o levava a ser exorcizado ou punido na fogueira, visto que, em virtude da imprevisibilidade do comportamento, um acontecimento pudesse desapropriar a razão dos chamados sãos. Todavia, se a pessoa fosse rica, tinha a



Artigo

possibilidade de comprar a Santa Inquisição sendo considerado “excêntrico” e a loucura seria concebida como uma heresia” (STONE, 1999; REIS & MATTA, 2015).

O Renascimento trouxe mudanças sensíveis na forma de organização social colocando o homem como o centro de tudo. É um período que tem como uma de suas marcas a arte, que retrata a anatomia humana, as grandes navegações, o surgimento de sistemas de trocas, comércio, dinheiro e etc..

Nesse contexto, os ambientes necessitavam de higienização onde eram excluídos aqueles que não participavam do mercado de trabalho, a exemplo dos mendigos, velhos, prostitutas, leprosos, sífilíticos e obviamente os loucos (CARVALHO, 2012).

A loucura deixa de ter uma conotação de natureza divina passando a ser vista como um estado de ausência da razão, onde o portador de transtorno mental é visto como um transgressor ou aquele que ignora a moral social, sendo dessa forma, inserido dentro de um universo de periculosidade por não ter controle sobre seus atos e ameaçar a ordem social estabelecida nesse período.

No século XVIII, a psiquiatria penetra nos asilos inaugurando uma nova forma de abordagem dos transtornos mentais caracterizada pela internação nas chamadas instituições psiquiátricas que se tornou hegemônica no cenário europeu e brasileiro.

Com a revolução industrial, as cidades experimentaram um crescimento rápido e desordenado, levando um número significativo de pessoas a ociosidade, pois não encontravam um espaço dentro da nova ordem social (mendigos, vagabundos, loucos).

Assim, foram adotadas medidas repressivas que visavam a resolução do problema que levou concretização de internações em casas de correção e de trabalho e hospitais gerais. Essas instituições, não se propunham a desenvolver ações curativas, mas em punir o pecado da ociosidade.

No caso específico da Enfermagem, de acordo com Muniz et al., (2015), em seu início a prática de Enfermagem Psiquiátrica foi marcada por uma conduta controladora e repressora, onde as atividades eram realizadas por leigos, ex-pacientes, serventes dos hospitais e, posteriormente, desenvolvidas pelas irmãs de caridade.

Nesse período, o conhecimento disponível acerca dos alienados era o do senso comum, onde os mesmos eram vistos como ameaçadores e, por isso, sujeitos ao isolamento em asilos e hospitais.

Para Costa (2007), o cuidado referia-se a sujeitar os pacientes a barbaridades dos guardas e carcereiros. Os Enfermeiros realizavam maus tratos, vigilância constante e a punição e repressão eram os tratamentos prescritos.



Artigo

A assistência de enfermagem ocorria na perspectiva do tratamento moral de Pinel e da Psiquiatria Descritiva de Kraepelin. Assim, segundo o autor acima referido, o papel atribuído às enfermeiras, era o de assistir o médico, manter as condições de higiene e fazer uso de medidas hidroterápicas.

Em termos de Brasil, a situação não de diferia e, é especificamente, a partir do século XVIII, as pessoas consideradas loucas e que viviam nas ruas eram colocadas nas prisões e/ou confinadas nos chamados aposentos-prisões que eram construídos estrategicamente nos fundos das casas. Verificava-se que o hospital era concebido como um espaço para doentes e abrigo para os desvalidos, estando ligado a uma estratégia social de higienização (MOREIRA et al., 2008).

A institucionalização da psiquiatria se deu com o surgimento das Santas Casas, nas quais os doentes mentais eram recolhidos, sem que qualquer tratamento fosse oferecido. Os locais de atendimento aos doentes mentais eram os porões, sendo muito comum o uso de castigos como um meio para conter os comportamentos inadequados (CARVALHO, 2012).

O século XX marca o período em que a psiquiatria foi regulamentada através de decretos que tinham como objetivo institucionalizar a loucura e estabelecer uma separação entre os “loucos” propriamente ditos e aqueles denominados de “loucos delinquentes”. Nesse sentido, entre 1901 e 1930 consolida-se a institucionalização como forma única de tratamento para o portador de transtornos mentais.

O cenário nacional pouco se modificou ao longo dos anos. Foram criados novos hospitais psiquiátricos em todo o Brasil, além de mudanças tímidas da legislação referente ao tratamento que deveria ser oferecido pelo poder público. Verificava-se, notadamente, que estas instituições funcionavam como depósitos de pessoas que eram esquecidas e viviam em condições desumanas.

No período entre 1840 até 1900 surgiram um número significativo de hospitais psiquiátricos no Brasil com destaque para o primeiro que foi o hospício Pedro II na cidade do Rio de Janeiro. Depois se seguiram outro em São Paulo, Porto Alegre, Salvador etc. Nesses espaços a prática da enfermagem restringia-se a “vigiar” os pacientes utilizando-se de meios persuasivos para mantê-los “calmos” e “obedientes” e em contrapartidas fazia-se uso dos meios repressivos como a privação de alimentos, colete de força e a restrição das visitas para manutenção da “ordem” e “organização” (ROCHA, 2008; CARVALHO, 2012).



Artigo

As mudanças que ocorrem ao longo de quatro décadas foram quase que imperceptíveis, mesmo com o surgimento das escolas de enfermagem e a adoção do sistema Nightingale que pregava o ensino teórico sistematizado junto com a prática hospitalar, verificava-se que, tanto o saber quanto as práticas de enfermagem subordinavam-se aos da psiquiatria (ROCHA, 2008).

Essa situação perdurou até a década de 1970 quando começaram a aparecer as primeiras denúncias sobre a situação vivida pelos pacientes onde apontava-se a existência de uma indústria da loucura, a assistência oferecida aos pacientes, organização dos serviços de saúde mental (hospitais) bem como uma crítica acentuada acerca da estrutura das instituições psiquiátricas e ao saber da psiquiatria clássica.

Assim, o marco histórico foi movimento de Reforma Psiquiátrica que surge no bojo do processo de redemocratização do país que vivia uma crise institucional em diversos setores e principalmente na saúde, propondo uma mudança no modelo assistencial e a implantação de um sistema universal e equânime.

A concretização dessas propostas é realizada com a promulgação da Constituição Federal de 1988 que institui o Sistema Único de Saúde – SUS, criando novas condições para a assistência em saúde. Em termos de saúde mental, em 1987, no estado de São Paulo é criado o primeiro CAPS do país. Na cidade de Santos – SP é feita uma intervenção na Casa de Saúde Anchieta o que teve como consequência a construção de uma rede extra-hospitalar com a criação dos chamados NAPS tornando-se referência nacional para a reforma psiquiátrica brasileira (CARVALHO, 2012; MOREIRA et al., 2008).

Contudo, é a partir de 1992, que os movimentos sociais em defesa de uma nova lógica na assistência aos doentes mentais ganha força, tendo como elemento base o Projeto de Lei Paulo Delgado, que consegue a aprovação, em alguns estados da federação, de algumas leis que estabelecem uma redução progressiva no número de leitos hospitalares e consequentemente a estruturação de uma rede substitutiva e integrada de atenção em saúde mental (BRASIL, 2005).

Assim, visava-se ter como consequência maior disso era refletir criticamente sobre um modelo hegemônico de uma assistência sem inovações, que reproduzia uma lógica de medicalização, ambulatorial tendo como pano de fundo a falta de infraestrutura dos serviços, distanciamento da comunidade e dos familiares dos pacientes e profissionais desestimulados, sem perfil para atuar na rede de atenção psicossocial.



Artigo

Diante disso, a Reforma Psiquiátrica impôs um novo desafio para gestão em saúde que foi apresentar uma oferta de serviços com uma abordagem psicossocial visando uma assistência humanizada e inclusiva, que em última instância exigiria uma mudança na prática dos profissionais envolvidos na assistência aos portadores de transtornos mentais em especial o enfermeiro (CORREIA et al., 2011).

Neste contexto, a partir das décadas de 1980 e 1990 que se verificam modificações na postura dos profissionais de saúde mental visando desconstruir o arcabouço teórico-prático que caracterizava a assistência manicomial.

Nessa mudança de paradigma a prática de enfermagem em relação ao cuidar em saúde mental começa a sofrer mudanças claras onde os profissionais da área buscam desenvolver uma visão holística ao considerar a individualidade do ser humano o contexto da saúde doença onde o paciente se encontra e o relacionamento interpessoal e etc. (MUNIZ et al., 2015).

A busca de atualização dos conhecimentos e a consequente adoção de novas estratégias de ação com a mudança de postura em relação ao usuário do serviço de saúde mental, a estimulação do autocuidado e a reinserção dos mesmos em grupos sociais e comunitários conseguiu produzir resultados significativos na abordagem das doenças mentais.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Buscou-se, nesta reflexão teórica, delinear historicamente, a evolução da concepção de loucura e como a Enfermagem, enquanto saber científico contribuiu para o desenvolvimento de formas de tratamento que possibilitasse ao portador de transtorno mental uma assistência mais humanizada e respeitosa.

Por muito tempo esse processo pareceu estagnado e atrelado ao saber da psiquiatria, impedido que a capacidade empreendedora e criativa dos enfermeiros viesse à tona permitindo a construção e o desenvolvimento de propostas contextualizadas com a situação dos pacientes.

Após a implementação do Sistema Único de Saúde – SUS e a implantação da Política Nacional de Saúde Mental surge um novo espectro de possibilidades onde o planejar e o trabalho multidisciplinar ganham força na criação de propostas terapêutica que permitam resgatar a identidade dos usuários.



Artigo

Todavia, o acúmulo de experiências (em sua maioria exitosa) revelou que o viés político transforma-se numa barreira quase intransponível. Mesmo com todo avanço no processo de gestão em saúde, o processo de trabalho parece estagnado em virtude de um planejamento estéril que impede o profissional de implementar projetos inovadores.

A Enfermagem, dentro dos serviços de saúde mental, tem reproduzido a prática hospitalocêntrica e medicamentosa. É o trabalho morto, sem imaginação, mecânico fruto de uma estrutura organizacional que não permite o afloramento da criatividade, do compartilhamento de saberes.

Sem embargo, é importante refletir além da realidade que ora se apresenta. Repensar o processo de construção e operacionalização dos currículos da enfermagem é um caminho que precisa ser trilhado com urgência. O ensino da saúde mental e da psiquiatria precisam de mais espaço nesse delicado e importante processo de formação profissional privilegiando sempre a transversalidade dos conteúdos visando estabelecer uma proximidade entre teoria e prática.

Nesse sentido, é urgente uma aproximação concreta entre o profissional de enfermagem e as pessoas portadoras de sofrimento psíquico para que seja possível uma apreensão dessas subjetividades considerando obviamente as histórias de vida, possibilitando, dessa forma, a construção de novos conhecimentos e novos instrumentos de intervenção.

Os profissionais de enfermagem devem participar efetivamente da organização da organização e operacionalização da rede de atenção psicossocial, construindo projetos de intervenção junto à comunidade e os familiares dos usuários desses serviços. É um grande desafio. Resta saber quem mais o aceita.

REFERÊNCIAS

BRASI. Ministério da Saúde. **Reforma Psiquiátrica e Política de Saúde Mental no Brasil Conferência Regional de Reforma dos Serviços de Saúde Mental: 15 anos depois de Caracas**. Brasília: Ministério da Saúde, 2005.p.60. Elaboração, distribuição e informações: ministério da saúde Secretaria de Atenção à Saúde Departamento de Ações Programáticas Estratégicas Coordenação de Saúde Mental Esplanada dos Ministérios. Disponível em:



Artigo

<http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/Relatorio15_anos_Caracas.pdf>
em: 16/02/2019.

CARVALHO, M. B. **Psiquiatria para a Enfermagem**. São Paulo: Ridee, 2012. p. 351.

MOREIRA, L. H. de O, et al. A inclusão social do doente mental: contribuição para a enfermagem psiquiátrica. **Inclusão Social**, Brasília, v. 3, n. 1, p. 35-42. Out./mar. 2008. Disponível em: <<http://revista.ibict.br/inclusao/article/view/1618>>

CORREIA, V. R., BARROS. S., COLVERO, L. A. Saúde mental na atenção básica: prática da equipe de saúde da família. **Rev. Esc. Enferm. USP**, São Paulo, v, 45, n. 6, p. 1501-1506. 2011.

COSTA, J. F. **História da psiquiatria no Brasil**: Um corte ideológico (5ª ed.). Rio de Janeiro: Garamond. 2007.

FERNANDES, Flora.; MOURA, Joviane. A Institucionalização da Loucura: enquadramento nosológico e políticas públicas no contexto da saúde mental. **Psicologado**, Piauí, (parte II) in: Faculdade de ciências Médicas da UESPI. 2009. Disponível em: <<http://artigos.psicologado.com/psiquiatria/>> Acesso em: 16/02/2019.

MUNIZ, Marcela Pimenta et al. A assistência de enfermagem em tempos de reforma psiquiátrica. **Revista Portuguesa de Enfermagem de Saúde Mental**, Porto, n.13, p.61-65.2015. Disponível em:<http://www.scielo.mec.pt/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1647-21602015000200008>. Acesso em: 16/02/2019. Acesso em: 16/02/2019.

ROCHA, Ruth Mylius. **Enfermagem em Saúde Mental**. 2.ed. atual. e ampl. Rio de Janeiro: Senac Nacional, 2008.p. 192.

REIS, L. S. B., MATTA. T. S. R. **Abordando a História da Loucura**. 2015. Disponível em: <<https://psicologado.com/psicopatologia/saude-mental/abordando-a-historia-da-loucura>>. Acesso em: 16/02/2019.





ISSN 2447-2131
João Pessoa, 2019

Artigo

STONE, M. H. **A cura da mente**: a história da psiquiatria da Antiguidade até o presente. Porto Alegre: Artmed, 1999.



**REFLEXÃO TEÓRICA ACERCA DA LOUCURA AO LONGO DA HISTÓRIA E A
ASSISTÊNCIA DE ENFERMAGEM**

Páginas 338 a 347